

DAR A VER PORTUGAL: UMA ANÁLISE DO PLANEJAMENTO DAS
COMEMORAÇÕES DOS CENTENÁRIOS DE 1940
REVEALING PORTUGAL: AN ANALYSIS OF THE 1940 CENTENARY
CELEBRATIONS PLANNING

Marlise Maria Giovanaz

Resumo

As comemorações dos Centenários ocorridas em Portugal no ano de 1940, representaram um importante momento na produção de imagens e de identidade social na história portuguesa. Este artigo tem a intenção de analisar o planeamento destes eventos, a partir do estudo do documento que apresentou as propostas oficiais para as comemorações dos Centenários Portugueses, escrito por António Ferro em 1938 e apresentado ao Conselho de Ministros do Governo Salazar. O foco da análise do artigo é um documento de 17 páginas, disponível à consulta na Torre do Tombo, chamado *Relatório sobre as Projectadas Comemorações de 1939-1940*. A partir da abordagem teórica conceitual da Museologia e da História Cultural, procura-se compreender a forma como se planejou apresentar e representar o país nas referidas comemorações, perceber as características identitárias reforçadas, as obras planejadas e os lugares de memória que deveriam ser valorizados. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo, ou seja, observar e estudar este documento através do filtro da bibliografia pertinente. Conclui que a análise deste tipo de documento e a reflexão produzida a partir desta pode ser frutífera, para se discutirem algumas questões sobre a identidade cultural portuguesa e o papel dos eventos comemorativos na produção de representações da cultura e da identidade social.

Palavras-chave: Exposições Comemorativas, Identidade Cultural, História de Portugal

Abstract

The Centenary Celebrations held in 1940 marked an important moment in the production of images and social identity in the Portuguese History. This article intends to analyze the planning of the 1940 Centenary Celebrations, by studying the 17-page document whereby the official proposals for the event were presented to the Council of Ministers of Salazar's Government– the so called “Relatório sobre as Projectadas Comemorações de 1939-1940”, written by António Ferro in 1938 and currently available at the Torre do Tombo. Based on the conceptual theoretical approach of Museology and Cultural History, this article seeks to understand how the document planned to present and represent the country, the identity characteristics it intended to reinforce, and the planned works and places of memory it aimed to value during the celebrations. The methodology used was “content analysis”, i.e., the observation and study of the document through the filters of the relevant literature. The conclusion was that the analysis of this type of document can be useful to discuss some issues about the Portuguese cultural identity and the role of commemorative exhibitions in producing representations of culture and social identity.

Keywords: Commemorative Exhibitions; Cultural Identity; History of Portugal

O DOCUMENTO

O documento de base deste trabalho chama-se “Relatório sobre as Projectadas Comemorações de 1939-1940” e encontra-se disponível à consulta no Arquivo da Torre do Tombo (TT). Faz parte do acervo nomeado Arquivo Salazar (1908-1974), é parte do Fundo que se refere à Comissão Nacional dos Centenários e da Série Centenários (1938-1941). Consta de um documento dactilografado, composto de um total de 17 páginas, incluindo a capa. O papel que lhe dá suporte apresenta o timbre da Secretaria da Propaganda Nacional (SPN) e vem no final firmado pelo então responsável por esta Secretaria, António Ferro. O grupo responsável pela escrita, e possivelmente pelo conteúdo apresentado, é identificado como sendo, além de António Ferro, o Embaixador Sr. Alberto de Oliveira, o Brigadeiro Silveira e Castro, Reinaldo dos Santos, Engenheiro Duarte Pacheco, Engenheiro Gomes da Silva, Dr. Manuel Múrias, Capitão Henrique Galvão e Arquitecto Pardal Monteiro (TT, AOS, PC22, 19).

O documento é datado de 24 de fevereiro de 1938, na cidade de Lisboa. Parte dos nomes que firmaram o documento vieram a fazer parte da Comissão dos Centenários, nomeada neste mesmo ano pelo Decreto n.º 29087 (Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1938/10/25000/14391441.pdf>) de 28 de outubro de 1938. Não há garantias de que este seja um documento único e indícios apontam que tenha sido policopiado, já que foi apresentado ao Conselho de Ministros. Porém considerar-se-á, neste trabalho, o papel original e gerador de outros documentos desempenhado pelo Relatório aqui abordado. Ao contrário de outros elementos do conjunto documental arquivados na Torre do Tombo, como o documento de criação, organização e funcionamento da Comissão Nacional dos Centenários, do qual se pode analisar três versões, o que proporciona ao leitor a percepção do processo de construção da evidência, o *Relatório* de António Ferro consta de um documento único, com mínimas rasuras (que foram entendidas pela autora como resultado de leitura posterior), sem versões anteriores ou posteriores.

O documento foi escrito por determinação do Presidente do Conselho de Ministros, como sublinhado pelo autor em mais de uma ocasião da narrativa. Pode-se considerar que o documento gerador deste aqui abordado, foi uma carta escrita pelo Sr. Alberto de Oliveira, no ano de 1929, quando era Embaixador de Portugal em Bruxelas, que se intitulava “Um português ausente de Portugal”. Posteriormente publicada no Diário de Notícias em 20 de fevereiro de 1929, a carta afirmava que seria conveniente comemorar com solenidade e suficiente preparação os centenários portugueses da fundação e da restauração. Onze anos

ainda separavam a data das comemorações, Salazar ainda não era Presidente do Conselho de Ministros, António Ferro ainda não havia criado o Serviço de Propaganda Nacional. Porém sempre se encontrará a menção feita à carta do Embaixador como o documento que, pela primeira vez, propôs as comemorações. A assinatura e a presença deste na confecção do documento abordado aqui confere uma ideia de continuidade a este processo.

Muitos e representativos foram os trabalhos já realizados tendo este documento como fonte, cito neste momento os que para este texto se consideram fundamentais. Ao reconstruir a trajetória do personagem António Ferro, Henriques (1990) estudou o mesmo documento quando procurava traçar as características da política articulada e desenvolvida por Ferro. Acciaiuoli em três trabalhos aborda o mesmo documento com o objetivo de verificar as estratégias do Estado Novo na realização de grandes celebrações na década de trinta do século XX. Na sua mais recente publicação Acciaiuoli (2013) reflete sobre a função desempenhada por Ferro na promoção da arte portuguesa nas participações do país em grandes exposições internacionais e, também, na maneira como a arte portuguesa foi projectada por Ferro. Em publicação de 1998, a autora realizou uma apurada reflexão sobre as exposições do Estado Novo na década de trinta, onde dá conta de um relevante conjunto documental e que acabou por servir como uma espécie de guia a inúmeros trabalhos desenvolvidos posteriormente. O mais antigo dos trabalhos de Acciaiuoli, que também é relevante para este trabalho, é sua tese de doutoramento (1991), trabalho que foi a base para a publicação de 1998.

A abordagem proposta neste trabalho é a da História Cultural que, para Burke (2005, 10), representa a análise das fontes e dos discursos estudados a partir da preocupação com o simbólico e com suas interpretações. Para o autor os símbolos, conscientes ou não, podem ser encontrados em todas as esferas da vida social, desde a arte até a vida cotidiana, conseqüentemente pode-se inferir que esta corrente teórica permite revisitar todos os aspectos do passado a partir da observação da construção simbólica deste. Para Chartier (1991), a chamada História Cultural se apresenta como uma tentativa de decifrar de outra maneira as sociedades, ou mesmo fatos históricos já bastante explorados, como é o caso do documento aqui abordado, pois esta proporciona a observação da tessitura das “relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada em particular (um acontecimento, um relato de vida, uma rede de práticas específicas) e considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações” (Chartier 1991, 177). As representações sociais para o autor acima, são formas simbólicas de perceber a realidade, que podem ser

contraditórias e mesmo apresentar confrontos internos, são instrumentos pelos quais os sujeitos e os grupos dão sentido ao próprio mundo.

A corrente teórica da Museologia Crítica, também colabora neste sentido de reflexão, quando aponta que a História exerce um poder determinante sobre o presente, do qual nenhum povo ou grupo humano escapa ou questiona. Porém se a historicidade não é uma representação consciente ou visível, o património cultural se apresenta como a historicidade evidenciada, presente e carregada de valores simbólicos (Santacana e Hernandez 2006, 14). Infere-se, então, que ao pensar o espaço museológico e as relações que o circundam, devemos ter em conta o museu como uma zona de confluências e de contatos, dando ênfase ao carácter interpretativo destas instituições e a forma como o seu discurso se transcreve em diferentes formas de políticas culturais (Flórez 2006, 232). Presume-se que para a Museologia Crítica, o museu e os espaços e discursos que o circundam, são locais de dúvida, de perguntas e de controvérsias. Devido ao impacto produzido pelo documento aqui abordado no campo dos museus e do património em Portugal, pode-se pensar que, apesar de já muitas vezes explorado e examinado, a mesma fonte ainda pode fazer pensar sobre as representações do passado e da identidade portuguesa.

O CONTEXTO DA GERAÇÃO DO DOCUMENTO

Portugal, na década de 30 do século XX, viveu sob a afirmação de um Governo autoritário, iniciado pela Ditadura Militar, instaurada pelo movimento de 28 de maio de 1926, que evoluiu seu processo com a instalação do chamado Estado Novo, comandado pela Presidência do Conselho de Ministros, incorporado na figura de António de Oliveira Salazar. Fernando Rosas (1992) aponta que para compreender a afirmação do Estado Novo Português é preciso perceber o contexto do processo de reação nacionalista e autoritária que varreu a Europa de entre as guerras, do qual surge como expressão mediatizada pelas especificidades da sociedade portuguesa, dos fins da segunda década do século XX (Rosas 1992, 9). A crise do modelo liberal econômico acabou por redefinir o papel do Estado, incitando intervenções econômicas nos setores que se apresentavam em crise, o que levou a um reforço na autoridade central.

Em outra obra, o mesmo autor reforça a importância deste processo no estabelecimento do Estado Novo Português: “Para uma visão que o Estado Novo vulgarizaria, a República do pós-guerra (Primeira Guerra Mundial, *anotação da autora*) seria uma simples versão agravada e ainda mais caótica do que

a fase anterior ao conflito mundial, uma desordem absurda e sanguinolenta, uma degenerescência terminal do liberalismo contra a qual a *nação*, através do exército, se tinha levantado para impor, como coisa óbvia e natural, a *nova ordem* que se traduziria na Ditadura Militar e, como consequência lógica, no Estado Novo salazarista” (Rosas 2009, 409).

O governo liderado por Salazar apresenta-se, então, como uma opção de estabilidade, de reorganização social, económica e política, de restabelecimento da ordem. O Estado Novo construiu um modelo autoritário e corporativo, que incluía a violência política e social como instrumentos de domínio, tendo a capacidade política de articular as diversas matrizes ideológicas nas quais se filiou como são: a democracia cristã conservadora, o integralismo lusitano, o republicanismo autoritário e o fascismo. Todos estes elementos foram apropriados a partir do que Leal (2009, 486-487) nomeia como uma *matriz sincrética*, justificada, fundamentalmente, na razão instrumental da competência governativa, na autoridade política, na harmonia social, no equilíbrio financeiro, na modernização económica de base agrícola e no culto da pátria e dos heróis nacionais.

Este aspecto último do parágrafo anterior interessa sobretudo para este trabalho, ou seja, a forma como foi engendrado o discurso nacionalista no Estado Novo. Lira (2010, 4) sugere-nos que nas bases ideológicas do Estado Novo encontramos a tetralogia Deus, Pátria, Família e Trabalho que, associados, configuraram a sustentação do discurso nacionalista do regime. O autor sugere que o nacionalismo apresentado pelo Estado Novo lhe conferiu a responsabilidade na manutenção da dignidade, independência e integridade da pátria portuguesa. As palavras chave para o nacionalismo português foram, portanto, as ideias de Nação, de Território e da História e Tradições, os verdadeiros valores simbólicos a preservar e divulgar. Assim, como escreve Lira (2010), a Nação apresentava-se como vetusta, orgulhosa da sua existência, reconhecida internacionalmente e importante em termos de civilização mundial: o Território era unido, indivisível e multicontinental; e a História e Tradições eram respeitáveis, veneráveis e motivo de orgulho nacional.

Para aplicar e divulgar este programa ideológico o Estado Novo português recruta, entre os intelectuais nacionais, um grupo seletivo e politicamente alinhado ao regime. Para fins específicos deste trabalho interessa destacar a figura de António Ferro, escritor, jornalista, agitador e mentor do documento aqui estudado. Em pleno desenvolvimento do Estado Novo, no ano de 1933, foi criado um instrumento fundamental no trabalho ideológico a ser realizado por este governo,

o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), tendo como secretário António Ferro. A interação entre Ferro e Salazar iniciou-se com a realização, no ano de 1932, de uma série de entrevistas publicadas no jornal Diário de Notícias (Ferro, 1982). Criado no dia 25 de setembro de 1933 pelo Decreto Lei 23054 (disponível para consulta em <http://dre.pt/pdf1sdip/1933/09/21800/16751676.pdf>) da Presidência do Conselho, e sob sua direta subordinação, o SPN tinha como um dos objetivos integrar os portugueses no pensamento moral que devia dirigir a nação.

Ferro e Salazar agiram em consonância por quase duas décadas (1933-1949) na proposta de definir as políticas culturais e os objetivos de ufanar o país do seu passado e do seu futuro, das suas heranças materiais e imateriais, procurando destacar a força da Nação, a solidez do Território e a grandeza do Património Nacional. Cabe salientar que pensar as políticas públicas apresenta riscos metodológicos e de conteúdo, pois como afirma Bourdieu (1996, 91) “tentar pensar o Estado é expor-se a assumir o pensamento de Estado, a aplicar ao Estado categorias de pensamento produzidas e garantidas pelo Estado, e, portanto, a não compreender a verdade mais fundamental do Estado”. O investigador nunca questiona o bastante quando analisa as instituições públicas, fundamentalmente quando lida com documentos e arquivos produzidos por estas mesmas instituições. Pois estas tendem a apresentar-se como *naturais* (Bourdieu 1996, 98) e naturalmente alçadas àquela posição, anunciam-se mesmo como entidades que apagam os sujeitos e as ideias atrás de si e que tomam as decisões, abrem caminhos, posicionam-se enquanto uma unidade consensual e lógica. Para serem alçados ao poder, os grupos políticos realizam uma luta política, que também é simbólica e que tem por objetivo fazer-se crer como o mais eficaz, o que apresenta a solução para os problemas da sociedade e que conseguem transformar os interesses de classe ou de grupo numa representação dos interesses gerais.

Os agentes a serviço do Estado, e de forma mais contundente no caso de estados ditatoriais, intencionam impor universalmente à Nação uma cultura dominante sancionada como legítima, principalmente no fomento de uma identidade nacional, utilizam a difusão de uma perspectiva particular da História, como uma religião cívica (que visa tornar o sujeito cidadão dotado dos meios culturais para que possa exercer os seus direitos cívicos). Desta forma, estes agentes culturais, ao trabalho do Estado, procuram transformar uma noção particular da História Nacional em referencial básico na construção da identidade social (Bourdieu 1996, 106). Para escapar deste dilema é necessário analisar, de forma precisa, as relações estabelecidas pela burocracia, a origem e trajetória dos

agentes envolvidos no processo de divulgação das intenções políticas do Estado e as práticas culturais propostas por estes, buscando esclarecer onde se realiza o processo, partindo do particular para chegar ao geral, observando sempre como o poder constituído se afirma como legítimo.

A busca pela preservação do patrimônio e das tradições pode ser percebida como um olhar ao passado, com o objetivo de o ordenar, destacando deste passado, objetos móveis ou imóveis, pertencentes ao cotidiano da época passada, atribuindo-lhes uma nova representação ou valor simbólico distintivo. Neste processo de recontextualização, estes objetos acabam incorporando ideais públicos de formação de uma História de identidade cultural única. A manifestação desta tentativa no Estado Novo Português, manifesta-se na chamada *política do espírito*, estratégia em que a cultura era meio de propaganda e um eficaz instrumento de controle social, criada e engendrada por António Ferro (Henriques 1990). Cabe, também, salientar a relevância atribuída desde o princípio ao turismo e à chamada cultura popular. Acciaiuoli (2013, 107) confirma esta hipótese quando descreve os objetivos do SPN, como “elevar o espírito da gente portuguesa do que realmente é e vale, como grupo étnico, como meio cultural, como força de produção, como capacidade criadora, como unidade independente no concerto das nações”. Neste empreendimento, Ferro procurava contar com os artistas comprometidos com a nação que produzissem uma arte afinada com este novo tempo, ou seja, que conduzisse ao ideário típico do Estado Novo. O documento abordado, como poderá ser visto, pode ser considerado um produto ideológico deste contexto.

O RELATORIO SOBRE AS PROJECTADAS COMEMORAÇÕES DE 1939 – 1940

Após pequeno intróito de um parágrafo, onde Ferro apresenta as motivações que levam aos festejos de 1939 – 1940, que são a “fundação” de Portugal, em 1139, quando Afonso Henriques se proclama Rei, e a Restauração deste mesmo reino no ano de 1640, inicia-se o texto propriamente dito. O autor passa a apontar os objetivos da realização dos eventos, em primeiro lugar “dar um tónico de alegria e confiança em si próprio ao povo português, triste, arrastado, fatalista, através da evocação dos oito séculos da sua História, que foram, simultaneamente, oito séculos da História do Mundo” (TT, AOS, PC22, 3). Já no seu primeiro objetivo Ferro aponta para a necessidade de uma intervenção objetiva no *espírito* identitário nacional, para combater a tristeza e o fatalismo com um espírito festivo e heroico.

No segundo e terceiro objetivos para a realização das comemorações, o autor do texto aponta para a questão da comemoração da Restauração, como um evento onde Portugal reafirma o seu poder sobre o próprio território e para as obras que devem ser realizadas, em um curto período de tempo (2 anos), que seria, porém, uma oportunidade em demonstrar o espírito criador e sublinhar a capacidade realizadora de Portugal (TT, AOS, PC22, 4). Todos os conceitos emblemáticos apontados por Lira (2010, 4) no que tange ao discurso ideológico do Estado Novo encontram-se, portanto, contemplados ainda na introdução do documento, a responsabilidade na manutenção da dignidade, a independência e a integridade da pátria portuguesa.

Os pontos apontados por Ferro no documento, como fundamentais para a atuação do governo eram: a criação de condições excepcionais de trabalho para que as obras propostas chegassem a termo no ano de 1940; a necessidade de atrair estrangeiros para ver as comemorações e o estágio de desenvolvimento de Portugal; a realização de congressos e seminários que atraíssem cientistas e intelectuais; a imprescindível participação do Brasil, como convidado especial. Estas condições propostas no documento levam a pensar na necessidade de destravar possíveis burocracias que viriam atrasar as obras já em realização, portanto, a criação de um fórum específico de decisão era um ponto a ser estabelecido. As atividades foram definidas por áreas – turismo; obras a concluir; obras a realizar; exposições; congressos; festas e cortejos nas ruas; manifestações cívicas, históricas e religiosas; espetáculos; projecção na província e publicações (TT, AOS, PC22, 7). Cada uma destas atividades foi especificada e pormenorizada. Serão abordadas aqui aquelas consideradas mais importantes para o fim do trabalho em desenvolvimento.

Quando se aborda a temática do turismo, a justificativa de obras sempre assenta na preparação para receber os estrangeiros, ou os estranhos no país, para tanto é apontada a necessidade de melhorar as condições de hospedagem oferecida em Portugal no período e indicado para tal tarefa o Conselho Nacional de Turismo. A questão da identidade cultural permeia o discurso sobre o turismo, inclusivamente ao indicar a construção de dez “pousadas-tipo”, em diversos locais do país, com características regionais. O documento não poupa, também, indicações de como devem ser geridas e qual a dimensão que devem apresentar. Além disso, também são indicadas obras a realizar nos transportes e vias de acesso aos locais eleitos como relevantes para preparar para o turismo. A questão da ordem pública também é contemplada neste item, ao sublinhar-se a necessidade em retirar os sinais de mendicidade das ruas das principais cidades

portuguesas e a melhoria na apresentação dos vendedores urbanos e das próprias fachadas das moradias.

Desde o final do século XVIII, podem-se perceber esforços de grupos políticos em construir valores culturais ligados às cidades, com o objetivo de proporcionar a estas uma identidade visual e cultural própria e atrair visitantes (Dicks 2003). Estabelecer uma identidade visual, segundo Dicks (2003), permite tornar a cidade legível ao visitante, transformando-a em espaços de exibição da cultura. Ao contrário, as cidades onde a identidade visual não é evidente, confundem o visitante e pode-se mesmo dizer, repelem-no, já que não serão percebidas como um lugar para ir. O esforço de Ferro encaixa-se neste processo indicado pela autora, quer seja o de produzir uma identidade visual que estivesse de acordo com a cultura ou o espírito específico do novo tempo português associado ao Estado Novo.

No segundo ponto abordado, Obras a Concluir, o autor do documento indica quatro pontos, sendo que neste trabalho interessa, de sobremaneira, o último ponto, que é o da conclusão das obras do Anexo do Museu Nacional de Arte Antiga, de forma a tornar possível neste local a realização de exposições temporárias. O Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) foi o único local fora do espaço construído no bairro de Belém a receber parte da Exposição do Mundo Português em 1940. O planeamento indicava que o MNAA receberia a exposição dos Primitivos Portugueses, a seção de arte do evento. Esta exposição resultava do árduo trabalho desenvolvido por José de Figueiredo, conservador do MNAA, que dedicou a sua vida profissional à pesquisa do que nomeou de “Primitivos Portugueses”, tarefa esta que definia como a defesa e divulgação de um corpus pictórico que considerava original e de importância inegável (Igespar 2010, 138).

José de Figueiredo acabou por falecer antes da realização da exposição que dava conta do trabalho de uma vida, como destaca Isabel João (1999): “A exposição dos Primitivos Portugueses era um projecto antigo que foi, finalmente, concretizado naquele ano, sob a direcção de Reinaldo dos Santos. Abrangendo um período de um século, de 1450 a 1550, o levantamento das obras revelou mais de 600, das quais foram seleccionadas 340 para serem exibidas nas salas do Museu das Janelas Verdes. Neste conjunto escolhido, 140 pertenciam ao acervo do próprio museu e 200 vieram de todos os pontos do país, de museus provinciais, igrejas, conventos e colecções particulares. Alguns dos núcleos mais importantes da pintura daquela época sofreram importantes obras de restauro, nomeadamente numerosos retábulos. A exposição pretendia ilustrar a tese

nacionalista da existência de uma escola portuguesa de pintura, marcada pelas fortes individualidades de Vasco Fernandes, Francisco Henriques, Cristóvão de Figueiredo, Gregório Lopes e, acima de todos, Nuno Gonçalves, que lhe conferem uma originalidade primacial dentro da arte peninsular e autonomia indiscutível na história geral da pintura medieval do Ocidente” (João 1999, 437).

Estas obras, a partir da realização do evento expositivo, passaram a figurar como a própria representação da pintura portuguesa original, uma escola local, com características próprias, que passaria a ser representada nas narrativas da História da Arte e dos Museus Portugueses. O trabalho de vida de Figueiredo foi estudar as obras fundadoras da arte portuguesa e transformar o MNAA em instrumento de divulgação e de apreciação da arte eminentemente nacional, qualificar as exposições realizadas no museu, além de produzir investigação científica qualificada sobre a arte portuguesa. O evento da Exposição dos Primitivos Portugueses que se consolida, desta forma, na representação do inventário simbólico do que passaria a ser a arte portuguesa, recombina o tempo histórico a partir de interesses nacionalistas e acadêmicos.

Quando o ponto abordado são as Exposições, Ferro indica a realização de quatro grandes eventos (TT, AOS, PC22, 12 e 13): a “Exposição do Mundo Português”, evento de comemoração da grandeza e da história de Portugal, síntese de sua ação civilizadora na cultura ocidental; a “Exposição de Arte Portuguesa”, onde já é indicado seu recorte, os primitivos; a “Grande Exposição Etnográfica”, espaço de recriação das etnias e dos costumes típicos de Portugal; a “Grande Exposição do Estado Novo”, espaço para a abordagem do seu papel político na reconstrução do país. Tem-se nestes quatro aspectos apontados um quadro geral daquilo que se pretendia com a realização dos eventos: festejar a história, a tradição, a cultura e, também, o futuro da nação.

A ideia da exposição da cultura não é uma ideia nova, foi no século XIX que ela se consolidou, no contexto do imperialismo europeu, do fortalecimento da economia capitalista, do desenvolvimento da modernidade como cultura, do surgimento das grandes cidades, da efetivação da técnica através do comboio, da fotografia e da energia motriz. Conforme Dicks (2003, 5), a emergência do conceito de cidadania naquele período foi fundamental para estabelecer a noção de patrimônio e de herança cultural percebidos na atualidade. O estabelecimento do Estado Nação moderno exigiu que os poderes públicos apresentassem um discurso inclusivo, onde a população se sentisse participante da cultura, da história e da identidade cultural. As Grandes Exposições do século XIX serviram,

assim, como um instrumento de mobilização de massas, de construção de identidade e de gosto, de propaganda do nacionalismo e da cultura. Apesar de ocorrida em meados do século XX, a Exposição do Mundo Português pode ser percebida a partir deste recorte proposto por Dicks (20039, já que pretendeu, desde o seu momento de planeamento, “dar ao povo português um tónico de alegria e confiança em si próprio, através da evocação de oito séculos de sua História, que foram simultaneamente oito séculos da História do Mundo, e através da solidez e eternidade de sua independência” (Revista dos Centenários, n.º 1, Ano 1, 2).

Cabe aqui também destacar o item Publicações do documento de Ferro, identificadas como monumentais, como o Álbum Folclórico de costumes e tipos populares portugueses, um catálogo monumental e ilustrado da Exposição do “Mundo Português”, catálogo dos Primitivos Portugueses, um livro ilustrado das Terras, paisagens e Monumentos de Portugal, o livro “A Casa Portuguesa”, álbum panorâmico da obra do Estado Novo nomeado “1940”, uma publicação referente aos Congressos a ocorrerem durante os eventos e, finalmente, uma publicação mensal com o registo e as reportagens sobre os acontecimentos, que veio a chamar-se “Revista dos Centenários”. Percebe-se uma intenção de registo dos eventos, mas também um esforço de comemoração e festejo da identidade nacional neste esforço propagandístico.

A identidade cultural associada ao discurso da nação, certamente foi um dos aspectos onde ocorreu maior investimento por parte do Estado Novo português. Para Hall (2006, 49) a identidade nacional é formada e transformada no interior da representação construída politicamente pelo Estado, transformando-se num conjunto de significados que são difundidos por determinadas instituições públicas para que sejam partilhados pelos cidadãos. Para o autor, a Nação é, em essência, não uma entidade exclusivamente política, mas uma instituição que produz sentidos, um sistema de representação cultural. Isso permite que se afirme que a identidade e a cultura nacionais são discursos produzidos pelo estado, com o intuito de gerar identificação e esta identificação resulta no que Anderson (2008) nomeia de *comunidades imaginadas*. Para Hall (2006), as narrativas nacionais que têm como intenção dar base ao sentimento de identidade, utilizam determinados instrumentos que, segundo o autor, são as narrativas da nação que aparecem na história nacional, na literatura, na mídia e na cultura popular, que representam um verdadeiro manancial de informações, imagens, fatos, eventos e comemorações que simbolizam e representam algo que já não está, ou seja, o passado é que dá um sentido de tempo mais longo do que a existência; em segundo lugar, sublinha-

se a questão das origens, procurando proporcionar uma sensação de continuidade no tempo e até mesmo de intemporalidade; em terceiro lugar, Hall (2006) aponta a fabricação ou invenção de tradições, que impõe comemorações, eventos e datas comuns; um quarto ponto a que o autor se refere é quanto ao mito fundacional da nação, que geralmente é a estrutura sobre a qual se baseia o discurso da nação e carácter nacional, localizado num passado distante ou mesmo num tempo mítico; e, por fim, a narrativa nacional pode passar também pela ideia de um povo fundador.

CONCLUSÃO

Muitos outros aspectos ainda poderiam e até mesmo deveriam ser abordados a partir deste documento aqui evidenciado, porém para a dimensão deste trabalho não puderam ser estudados. Conclui-se, portanto, que a análise de um documento, juntamente com a reflexão a partir de bibliografia pertinente, pode ser relevante para compreender aspectos referenciais nas questões de identidade cultural, de representação da História e sobre o papel dos eventos comemorativos na produção imagens e de representações da cultura em Portugal. Certamente este trabalho deve ser visto como um ensaio, conservador na abordagem e provisório nas conclusões, que em nenhum momento pretendeu esgotar o tema, mas, simplesmente, buscou construir uma panorâmica do tema abordado.

BIBLIOGRAFIA

- Anderson, Benedict. 2008. *Comunidades imaginadas*. SP: Cia das Letras.
- Acciaioli, Margarida. 2013. *António Ferro, a vertigem da palavra*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Acciaioli, Margarida. 1998. *Exposições do Estado Novo - 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Acciaioli, Margarida. 1991. *Os anos 40 em Portugal: o país, o regime e as artes. "Restauração" e "Celebração"*. Lisboa: FCSH da UNL, 1991. [Tese Doutorado, policopiada]
- Bourdieu, Pierre. 1996. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. SP: Papyrus.
- Burke, Peter. 2005. *O que é História Cultural*. RJ: Jorge Zahar Ed.
- Chartier, Roger. 1991. "O Mundo como Representação" in *Estudos Avançados*. 11(5), São Paulo.

- Dicks, Bella. 2003. *Culture on Display: the production of contemporary visibility*. Berkshire, England: Open University Press.
- Ferro, António. 1982. *Salazar. O homem e sua obra*. Lisboa: Fernando Pereira Editor.
- Flórez Crespo, Maria del Mar. 2006. “La Museología Crítica y los Estudios de Público en los Museos de Arte Contemporáneo: caso del Museo de Arte contemporáneo de Castilla e León” in *De Arte: revista de História del Arte*. N.º 5, 2006 (231-243). Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/ejemplar?codigo=149928> [consultado a 18 de setembro de 2014].
- Hall, Stuart. 2006. *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. RJ: DP&A.
- Henriques, Raquel Pereira. 1990. *António Ferro: estudo e antologia*. Lisboa: Publicações Alfa.
- Igespar. 2010. *100 anos de Património: Memória e Identidade (1910-2010)*. Lisboa: IGESPAR.
- João, Maria Isabel. 1999. *Memória e Império: comemorações em Portugal (1880-1960)*. Tese de Doutoramento em História, 1999, Universidade Aberta, Lisboa.
- Lira, Sérgio. 2010. *Arte Portuguesa do Século XX*. Disponível em: http://disruptiva.net/uploads/files/Museus%20e%20discurso%20pol%C3%ADtico_S%C3%A9rgio%20Lira.pdf [Consultado a 12 de agosto de 2014].
- Leal, Ernesto Castro. 2009. “A Transformação Política da República: as direitas da direita antiliberal”. *História da Primeira República Portuguesa*. Coordenação de Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo. Lisboa: Ed. Tintas da China.
- Santacana Mestre, Joan; Hernández Cardona, Francesc Xavier. 2006. *Museología Crítica*. Gijón: Ediciones TREA.
- Revista dos Centenários* n.º 1, Ano 1, 1939. Edição da Comissão Nacional dos Centenários, Lisboa. Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/RevistadosCentenarios/RevistadosCentenarios.html> [Consultado a 12 de agosto de 2014].
- Rosas, Fernando. 2009. “A República do Pós Guerra” in *História da Primeira República Portuguesa*. Coordenação de Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollos. Lisboa: Ed. Tintas da China.
- Rosas, Fernando (Coord). 1992. *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Nova História de Portugal Volume XII. Lisboa: Editorial Presença.